

A ATUAÇÃO DO COLETIVO O MAL-EDUCADO NAS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS DE 2015/2016 EM SÃO PAULO: MINORIA ATIVA OU VANGUARDA?

Rafael Sá Rego de Azevedo

Concluiu o mestrado em Geografia na UFF, em 2018, com uma pesquisa sobre as ocupações de escolas no estado do Rio de Janeiro no ano de 2016. Licenciado e Bacharel em Geografia pela UFF, atuando na rede pública estadual do Rio de Janeiro desde 2010.

RESUMO

O Coletivo O Mal-Educado teve uma participação fundamental nas mobilizações dos estudantes secundaristas em São Paulo que culminaram nas ocupações de escolas em 2015/2016. Essa pesquisa buscou compreender a atuação do coletivo O Mal-Educado para contribuir com uma leitura libertária das mobilizações estudantis em São Paulo. Partindo da hipótese de que a atuação do coletivo O Mal-Educado se aproximou mais da estratégia da minoria ativa, desenvolveu-se um breve debate sobre os conceitos e as estratégias de minoria ativa e de vanguarda. Apresentou-se, então, uma reconstrução das origens do coletivo O Mal-Educado e da sua atuação, durante as mobilizações estudantis de 2015-2016. Para, então, buscar identificar se a práxis desse coletivo se aproximou mais da estratégia da minoria ativa ou da vanguarda. Concluindo que a práxis do coletivo O Mal-Educado se aproximou mais da estratégia da minoria ativa.

PALAVRAS-CHAVE

Lutas Sociais; Pensamento Libertário; Movimento Estudantil; Coletivos; minoria ativa.

ABSTRACT

The Collective “O Mal-Educado” played a fundamental role in the mobilizations of high school students in São Paulo that culminated in the occupations of schools in 2015/2016. This research sought to understand the performance of the collective “O Mal-Educado” to contribute to a libertarian reading of student mobilizations in São Paulo. Starting from the hypothesis that the performance of the collective “O Mal-Educado” was closer to the strategy of the active minority, a brief debate was developed on the concepts and strategies of the active minority and vanguard. A reconstruction of the origins of the collective “O Mal-Educado” and its performance during the student mobilizations of 2015-2016 was then presented. To identify whether the practices of this collective were closer to the strategy of the active minority or the vanguard. Concluding that the actions of the “Mal-educado” collective were closer to the strategy of the active minority.

KEYWORDS

Social Struggles; Libertarian Thought; Student Movement; Collectives; active minority.

INTRODUÇÃO

O Coletivo O Mal-Educado teve uma participação fundamental nas mobilizações estudantis de 2015\2016 em São Paulo (Azevedo, 2018; Campos *et all*, 2016; Campos, 2019; Polese, 2016; Silva, 2018). Nesse momento houve a primeira onda de ocupações de escolas públicas por estudantes secundaristas no Brasil. A ocupação de escola(s) é uma ação coletiva em que os estudantes de determinada unidade escolar montam acampamento dentro da escola e ficam ali até terem suas reivindicações atendidas.

As ocupações de escolas por estudantes secundaristas são um fenômeno socioespacial relativamente recente no Brasil. Mas de grande interesse, tanto para quem atua na área da educação, quanto para os/as envolvidos/as com as lutas sociais do país. Ampliar a compreensão sobre o fenômeno das escolas ocupadas pode ajudar a entender as mobilizações de jovens, no início do século XXI, dando pistas sobre suas formas de organização e ação coletiva.

Procurou-se, com essa pesquisa, compreender melhor a atuação do Coletivo O Mal-Educado, buscando contribuir para a construção de uma leitura libertária da mobilização estudantil ocorrida em São Paulo, nos últimos meses de 2015 e primeiros meses de 2016. Cabe, então, um esclarecimento sobre o que se entende por perspectiva libertária. A palavra libertária está diretamente ligada ao anarquismo, desde o século XIX. Mas no século XX desenvolveram-se experiências e ideias libertárias fora do âmbito do anarquismo; especialmente a partir das práticas dos movimentos sociais emancipatórios (como o movimento zapatista ou os protestos “Por Uma Outra Globalização” do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000) (Souza, 2017). O anarquismo está inserido no pensamento libertário, como uma das suas bases fundamentais.

Considera-se, então, necessária a distinção entre fenômeno libertário e fenômeno anarquista. Os fenômenos libertários “estão ligados às lutas antiautoritárias que têm por base a oposição à dominação e a aspiração à liberdade, e que vêm ocorrendo durante toda a história” (Corrêa, 2015, p. 91). Por sua vez, os fenômenos anarquistas são aqueles que “estão vinculados ao anarquismo, fenômeno essencialmente histórico, que se insere em um contexto determinado, pode ser localizado no tempo e no espaço, e

define-se por princípios mais restritos” (Corrêa, 2015, p. 91). Os fenômenos anarquistas se inserem nos fenômenos libertários, que abrangem um espectro mais amplo de lutas e acontecimentos.

Considerar as escolas ocupadas um fenômeno anarquista seria um erro, já que não há nenhum indício de uma ideologia bem definida adotada pelos estudantes nesse processo de mobilização. Por outro lado, a mobilização estudantil e as ocupações de escolas do período 2015-2016 podem ser consideradas fenômenos libertários, pois foram lutas por mais liberdade e democracia nas escolas, se opondo aos interesses do Estado e do Capital (Azevedo, 2018).

Com base nessas ideias a questão central que motivou essa pesquisa foi:

- A forma de atuação do coletivo O Mal-Educado nas mobilizações estudantis de 2015\2016, em São Paulo, se aproximou mais da práxis da minoria ativa ou da vanguarda?

Para responder essa pergunta desenvolveu-se um breve debate sobre os conceitos e as estratégias de minoria ativa e de vanguarda, vistas como polos opostos do ponto de vista da estratégia para a transformação social e considerando, ainda, que na prática nenhum grupo vai agir totalmente como minoria ativa, nem totalmente como vanguarda. Mas é possível avaliar de que pólo a prática de determinado grupo se aproximou mais.

Após o debate estratégico sobre minoria ativa e vanguarda, são apresentadas algumas considerações sobre os coletivos no Brasil, no início do século XXI. A partir do livro *Participação e Democracia no Brasil* (Gohn, 2019) e das observações realizadas em processos de mobilização e na participação em coletivos ligados à agroecologia e ao pensamento libertário.

Apresenta-se uma reconstrução das origens do coletivo O Mal-Educado e da sua atuação durante as mobilizações estudantis de 2015-2016, em São Paulo, baseado na bibliografia disponível sobre o coletivo e numa análise detida do seu site (<https://gremiolivre.wordpress.com/>) e das suas publicações na rede social virtual *Facebook*. Nesse processo também foi importante o documentário *Acabou o amor, isso aqui vai virar o Chile* (2016), do cineasta argentino Carlos Pronzato. Conclui-se que as práticas d’O Mal-Educado durante as mobilizações foram mais próximas da estratégia da minoria ativa.

MINORIA ATIVA OU VANGUARDA

A estratégia da minoria ativa (FARJ, 2009; Samis e Alves, 2015) foi construída com base nas experiências dos socialistas libertários junto aos movimentos de trabalhadores, inicialmente, e aos movimentos sociais em geral, num segundo momento. Trata-se de uma ideia-prática, que orienta a atuação política da maior parte dos militantes libertários. A ideia de minoria ativa tem uma relação direta com o debate sobre meios e fins. A pergunta que movia (e move) os libertários é: quais são os meios mais adequados para a construção do socialismo? Partindo, claramente, da concepção de que os fins NÃO justificam os meios, considera-se que os meios é que devem ser adequados ao objetivo final.

Existem diversos tipos de grupos e organizações que podem atuar como minoria ativa. Podem ser organizações estruturadas com ou sem programa. Podem ser grupos sem estrutura fixa. Podem ser grupos efêmeros. Podem ter um grande número de pessoas e atuar num território grande, como de um país, ou grupos pequenos em que todas as relações se dão face a face. Nesse caso, a diversidade parece ser a regra. O que esses grupos teriam em comum seria a busca por um pensamento e uma prática libertários, com base numa maneira específica de participar da construção dos movimentos e se inserir nas lutas sociais de seu tempo.

A Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), uma organização política que busca atuar como minoria ativa, aponta que:

Neste modelo, a organização específica anarquista trabalha como minoria ativa, ou seja, um grupo de anarquistas que, organizados no nível político e ideológico, parte para as ações no nível social – movimentos sociais, sindicatos, etc. Neste trabalho, a organização de minoria ativa trabalha para influenciar os movimentos e lutas com os quais está envolvido, para que funcionem da forma mais libertária possível. Sempre que atua no nível social, a minoria ativa não busca posições de privilégio, não impõe sua vontade, não luta pelos movimentos sociais, mas sim com eles, por isso diferencia-se da “vanguarda” marxista-leninista. É assim, a ideologia dentro do movimento social e não o inverso¹.

A atuação como minoria ativa é uma maneira de lidar com a diversidade ideológica dentro das lutas sociais. Parte-se da compreensão de que as lutas e movimentos sociais vão necessariamente agregar pessoas muito diferentes, pois o que as une é uma condição de opressão compartilhada. Assim, nos movimentos sociais e nos sindicatos encontram-se cristãos (dos mais variados matizes), espíritas, ateus,

¹ Disponível em:

<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/nossa-concepcao-org-anarquista-farj/>.

socialistas, comunistas, anarquistas, trabalhistas, populistas e também pessoas com orientações conservadoras.

A minoria ativa busca influenciar os movimentos, mas sem impor sua vontade, se colocando como um dos grupos que constroem o movimento. Assim, a sua ideologia é uma das várias ideologias que estão inseridas no movimento. Para as minorias ativas muito mais importante do que assumir a direção (uma posição de destaque, comando ou hegemonia) dentro de um movimento ou sindicato é construir uma cultura política libertária junto com os sujeitos em luta. A cultura de participação política libertária busca a construção de uma prática coletiva cada vez mais próxima da autonomia e da autogestão e o mais distante possível da heteronomia e da dominação. A minoria ativa parte da máxima que diz: “É melhor dar um passo com mil do que mil passos sozinho”.

Nessa concepção os protagonistas da transformação social são os movimentos sociais, as forças populares. São os próprios oprimidos que devem construir os caminhos para sua libertação. As minorias ativas buscam contribuir para esse processo, articulando diferentes lutas, desenvolvendo atividades de educação popular e de mobilização. Busca-se, dessa maneira, construir outra cultura de participação política popular.

A garantia de que a minoria ativa não vai se sobrepor ao movimento (ou sindicato) em que está inserida é a ética da horizontalidade (FARJ, 2009). A horizontalidade é a busca por formas de organização não hierárquicas e centralizadas, em que todos estão inseridos nos processos de tomada de decisão. Mas não é fácil construir uma cultura política baseada na horizontalidade em uma sociedade que se organiza de forma verticalizada e hierárquica. Por isso, grupos que pretendem atuar como minorias ativas podem acabar estabelecendo práticas mais próximas da atuação como vanguarda do que desejariam.

A FARJ aponta, ainda, uma oposição entre a estratégia de minoria ativa e a de vanguarda. A ideia da minoria ativa é andar junto com o movimento não à frente como sugere a ideia de vanguarda. A palavra vanguarda vem do vocabulário militar e significa a linha de frente da infantaria, os soldados que andam na frente da tropa, entram em combate primeiro, abrindo caminho para os outros. No campo da política quem teorizou (e praticou) sobre a vanguarda foi o revolucionário marxista russo Lenin (1870–1924), especialmente a partir do livro *Que Fazer?* (1978).

No prefácio desse livro, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1978) defende que a teoria da vanguarda não seria uma forma elegante de despotismo dissimulado. Mas aponta que, nessa perspectiva, os revolucionários devem se organizar “dos militantes de base ao topo da vanguarda” (Fernandes, 1978, p. XI). Isso significa que existe um topo que comanda a base e esse topo é a vanguarda.

A vanguarda deve estar acima e à frente dos revolucionários e dos movimentos populares, pois, “Apenas o partido que *organize* verdadeiramente as revelações *visando o povo inteiro* poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias” (Lenin, 1978, p. 70). Portanto, nessa concepção um tipo específico de organização política é entendido como protagonista da transformação social: o partido (marxista-leninista) de vanguarda. O partido é, ainda, o portador das revelações que vão tirar o povo da ignorância. Lenin também aponta que:

Os revolucionários, *atrasaram-se*, quanto à progressão do movimento, e em suas “teorias” e atividade; não souberam criar uma organização que funcionasse sem solução de continuidade, capaz de *dirigir* todo o movimento. (Lenin, 1978, p. 41)

Portanto, nessa teoria da ação política, o fundamental é criar um partido “capaz de *dirigir* todo o movimento” (vale ressaltar que o grifo na palavra *dirigir* é do próprio autor). Esse partido deve se colocar à frente do movimento, ou seja, na vanguarda, para *dirigi-lo*.

De acordo com essas ideias, os membros da vanguarda revolucionária são os indivíduos mais aptos para *dirigir* os movimentos sociais, populares ou de massa

Pois, não basta dizer-se “vanguarda”, destacamento avançado, - é preciso proceder de forma que todos os outros destacamentos se dêem conta e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à frente. (Lenin, 1978, p. 65)

Os outros grupos, partidos, coletivos devem reconhecer que a vanguarda é que abre os caminhos dos movimentos revolucionários, *dirigindo-os*. Lenin (1978) opõe assim a vanguarda ao que ele chama de “caudismo”, que seria seguir na esteira ou a reboque do movimento.

A vanguarda deve obter supremacia sobre o movimento para *dirigi-lo*. Para Lenin a maneira de obter e conservar a supremacia sobre os movimentos populares é “através de uma luta incansável contra todas as outras ideologias” (Lenin, 1978, p. 33). O autor propõe uma luta incansável contra todas as ideologias que divergem da sua. Veja bem, não é uma luta somente contra as ideologias burguesas (ou conservadoras),

mas também contra outras visões dentro do próprio socialismo (e até mesmo dentro do próprio partido).

Para Lenin, a vanguarda tem papel fundamental na construção da consciência de classe:

A consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões (Lenin, 1978, p. 62).

Assim, a consciência de classe deve ser levada aos trabalhadores/as pela vanguarda. Parece (a partir dessa frase) que os/as próprios/as operários/trabalhadoras não são capazes de construir conhecimento. Estabelece, assim, uma espécie de tutela intelectual do partido de vanguarda sobre os movimentos e classes populares. Pois,

A imensa maioria dos reveladores, que não pertencem à classe operária (pois para ser vanguarda é preciso justamente integrar outras classes), são políticos lúcidos e homens de sangue-frio e senso prático (Lenin, 1978, p. 70).

Mas se para “ser vanguarda” é preciso pertencer a outras classes e não à classe trabalhadora e, se a vanguarda é quem abre os caminhos da revolução, então, a libertação dos/as trabalhadores/as será obra da vanguarda e não dos/as próprios/as trabalhadores/as. De um ponto de vista libertário essa questão remete ao debate sobre educação popular.

Paulo Freire ao desenvolver a sua Pedagogia Libertadora, acabou construindo bons argumentos contra a estratégia da vanguarda; debatendo a ideia de extensão rural, colocou que: “Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta” (Freire, 2013, posição 228).

Parece que essa frase foi escrita para responder à afirmativa de Lenin de que a “consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*” e que “reveladores” não podem pertencer à classe operária. Compreende-se disso, que os “reveladores” já conhecem a “verdade” e, portanto, basta revelar essa “verdade” aos ignorantes. Dessa maneira, a vanguarda (ou o agrônomo extensionista) pensa sobre os operários (ou camponeses ou outros grupos oprimidos), mas jamais *com* eles (Freire, 2013).

Chama atenção à diferença entre *estar com* e *estar à frente*. Estar à frente coloca os “políticos lúcidos e homens de sangue-frio e senso prático” em posição de dirigir o movimento. Assim, a vanguarda (ou o agrônomo extensionista) atua e os integrantes do

movimento (ou camponeses) têm a ilusão de que atuam na atuação da vanguarda (Freire, 2013). A primeira é o sujeito da ação (social/política), enquanto as pessoas que integram o(s) movimento(s) acabam sendo vistos como objetos ou meros executores da ação, já que eles não têm poder real de decisão. É possível afirmar, então, que quando o partido *dirige*, o conjunto de pessoas que integra o movimento é tratado como massa de *manobra*.

Samis e Alves (2015) apontam que esta práxis acaba retirando o protagonismo dos sujeitos em luta e concentrando-o num indivíduo (líder carismático) ou num pequeno grupo (elite militante/vanguarda); as conquistas e vitórias do movimento são vistas como resultado da competência da vanguarda na condução das lutas, reforçando personalismos. Por outro lado, fracassos e derrotas são atribuídos aos membros do movimento como um todo, socializando os prejuízos (em alguns casos reforçando ainda mais os personalismos).

Pensando a relação entre educação popular e transformação social, Freire conclui que:

quem pensa, por outro lado, que a classe trabalhadora é demasiado inculta e incapaz, necessitando, por isso, de ser libertada de cima para baixo, não tem realmente nada que ver com libertação nem democracia (Freire, 2017, p. 30).

E arremata:

Um dos equívocos funestos de militantes políticos de prática messianicamente autoritária foi sempre desconhecer totalmente a compreensão do mundo dos grupos populares. Vendo-se como portadores da verdade salvadora, sua tarefa irrecusável não é *propô-la*, mas *impô-la* aos grupos populares (Freire, 2020, p. 79).

Essa posição impositiva denunciada por Freire subestima a capacidade de construção de conhecimento dos próprios oprimidos ao longo de suas lutas.

Em parte, a práxis das minorias ativas (Corrêa, 2015) foi construída em oposição à atuação das vanguardas. A vanguarda busca estar à frente para guiar o movimento, enquanto a minoria ativa busca estar e caminhar *com* a coletividade, que compõe o movimento. Nesse sentido, pode-se considerar que a atuação das minorias ativas se aproxima das ideias de Paulo Freire sobre uma educação popular voltada para a construção da autonomia.

A partir desse pequeno debate fica evidente que a questão do método é central para compreender a diferença entre a vanguarda e a minoria ativa. Ambas buscam a transformação social, mas seus métodos marcam a “diferença entre a transformação tutelada e a transformação emancipada” (Samis e Alves, 2015, p. 93).

Se a transformação social não for obra dos próprios oprimidos, mas de uma “elite militante”, sempre vai se reconstruir algum tipo sistema hierárquico verticalizado. Os membros dessa “elite militante” vão assumir os cargos mais importantes da administração pública. Afinal de contas, eles são os responsáveis pela nova situação e os mais aptos a assumir o comando. Por outro lado, se os/as próprios/as oprimidos/as forem os protagonistas dos processos de transformação social, (acredita-se que) a tendência seria a formação de esquemas de administração pública baseados na horizontalidade.

Assim, nesse trabalho, os conceitos de minoria ativa e de vanguarda foram utilizados para aprimorar a compreensão sobre a atuação dos coletivos no Brasil, no início do século XXI.

Quadro I: Minoria Ativa e Vanguarda

Fonte: Autor.



OS COLETIVOS

A palavra *Coletivo* é um substantivo utilizado para se referir a um grupo específico de seres ou coisas (ex.: alcaiteia é o coletivo de lobos). Mas também existem vários grupos de pessoas que passaram a se autodenominar coletivos. Geralmente esses

grupos são voltados a finalidades específicas que muitas vezes aparecem no próprio nome desses coletivos. Por exemplo: o Coletivo Quermesse, que se dedicava a organizar uma atividade cultural com música e comida, uma pequena festa de rua, ou seja, uma quermesse, no Morro da Conceição no centro da cidade do Rio de Janeiro (entre 2013 e 2016). Outro exemplo Coletivo Anarquista Bandeira Negra, um grupo de pessoas dedicadas à prática e ao debate do anarquismo, em Santa Catarina.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2019, p. 111), os coletivos são “agrupamentos fluídos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos”. Os integrantes dos coletivos têm um perfil mais de ativista (sem pertencimentos fixos) do que de militante (mais ligados aos partidos e sindicatos) (Gohn, 2019).

Os coletivos não são uma novidade no campo político; existem estudos sobre eles no Brasil desde a década de 1980, mas, no início do século XXI, observou-se um crescimento no número de coletivos, especialmente coletivos integrados por jovens (Gohn, 2019). Também foi possível observar diretamente o crescimento do número de coletivos, no início do século XXI, no estado do Rio de Janeiro a partir da inserção nos movimentos estudantil, agroecológico e (posteriormente) sindical. Considera-se a hipótese (que não será explorada neste trabalho) de que um dos principais fatores que estimulou a formação de novos coletivos foi a política de cotas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas para as universidades públicas, somada ao Prouni (Programa Universidade para Todos) e ao Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior).

Como são muitos e muito variados, os coletivos podem ter cortes ideológicos e práticas políticas bastante diversificadas. Outra observação interessante é que muitos coletivos têm vida curta. Eles surgem se desenvolvem por um tempo e depois acabam. A observação de coletivos políticos e culturais na cidade do Rio de Janeiro mostra que muitos deixaram de existir por discordâncias pessoais sobre os rumos do coletivo. Foi possível observar ainda que grande parte dos coletivos se forma com base em afinidades pessoais. Esses costumam deixar de existir quando essas afinidades entram em dissonância. Já os coletivos estabelecidos com base em acordos políticos tendem a ter duração mais longa.

Os coletivos que se formam por afinidades pessoais podem ser pensados a partir da ideia de grupos de afinidade. Os grupos de afinidade são um tipo de coletivo muito

comum no campo libertário. Eles surgiram no interior do movimento anarquista no contexto anterior à Guerra Civil Espanhola (1936-1939), mas o modelo

tem certas características que podem ser aplicadas a qualquer situação social, e que muitas vezes foram adotadas intuitivamente pelos radicais americanos que chamaram as organizações resultantes de “coletivos”, “comunais” ou “famílias” (Boockchin, 2010, p. 75).

Bookchin ressalta essa relação entre os grupos de afinidade e os coletivos. O grupo de afinidade, como diz o próprio nome, está estruturado com base nas afinidades entre seus membros. Essas afinidades são construídas a partir de ideias e práticas revolucionárias comuns (Boockchin, 2010). Ou seja, trata-se de um grupo político reunido por afinidades pessoais. Esse aspecto é ao mesmo tempo um trunfo e um problema.

Os grupos de afinidade costumam ser resistentes à infiltração policial (Boockchin, 2010). Nesse caso, as relações de proximidade pessoal entre os membros é um trunfo. O que explica, em parte, seu surgimento no contexto da Espanha, no início do século XX, em que a repressão ao movimento anarquista era muito forte.

Um grupo bastante conhecido que lutou na Guerra Civil Espanhola, os “Amigos de Durruti”, pode ser considerado um grupo de afinidade. O próprio nome do grupo aponta para a amizade como um dos laços principais de coesão do grupo. Assim, o critério de adesão aos grupos de afinidade passa pelas relações pessoais ou de simpatia, formando uma identidade em comum.

Os grupos de afinidade estão baseados em relações pessoais e buscam tomar decisões por consenso em processos com pouca ou nenhuma formalização. Assim, as relações de poder internas não ficam claras e a informalidade pode permitir que determinadas pessoas mandem – sem que isso seja percebido pelo grupo. Dessa maneira, “a “ausência de estrutura” torna-se uma forma de mascarar o poder”, uma “dissimulação para que o forte ou o afortunado estabeleça uma hegemonia inquestionada sobre os outros” (Freeman, 1970). Quando as relações de poder não são claras, fica mais difícil perceber o exercício dessa hegemonia sobre o grupo. Num ambiente de informalidade também fica mais difícil estabelecer regras para conter esse tipo de situação.

A feminista estadunidense Jo Freeman (1970) sugere que,

Para que todas as pessoas tenham a oportunidade de se envolver num dado grupo e participar de suas atividades, é preciso que a estrutura seja explícita e não implícita. As regras de deliberação devem ser abertas e disponíveis a

todos e isso só pode acontecer se elas forem formalizadas (Freeman, 1970, s/p).

Com regras formalizadas, pelos menos em teoria, ninguém poderia “virar a mesa” numa votação ou criar uma nova regra logo antes de deliberar sobre um tema polêmico, por exemplo. Mas é interessante apontar que mesmo em grupos estruturados também podem se estabelecer relações internas informais de poder e hegemonia, apesar das regras claras e dos acordos políticos.

Os grupos de afinidade buscam estabelecer uma forma própria de atuação no interior dos movimentos sociais e da sociedade. Dessa maneira, os

Grupos de afinidade pretendem funcionar como catalisadores dentro do movimento popular, não como “vanguardas”; eles proporcionam iniciativa e conscientização, não um estado-maior e uma fonte de comando. (Bookchin, 2010, p. 76)

Murray Bookchin chama atenção para atuação desse tipo de coletivo, diferenciando-a da atuação das “vanguardas”. Os grupos de afinidade não buscam estabelecer uma hegemonia sobre (ou no interior dos) os movimentos sociais; mas atuar como catalisadores, articuladores, influenciadores, ou seja, como parte integrante do movimento. Por outro lado, a ideia de vanguarda traz consigo a construção de uma hierarquia no interior dos movimentos sociais. Aqueles que fazem parte da vanguarda vão estar nos postos mais altos dessa hierarquia. A partir dessas considerações aponta-se que a forma de atuação dos grupos de afinidade se aproxima mais da ideia de minoria ativa.

É importante destacar que os próprios partidos políticos (tanto progressistas quanto conservadores) observaram o crescimento do número e da importância política dos coletivos e passaram a criar seus próprios coletivos. Os coletivos ligados a partidos tendem a absorver os princípios desses partidos. Como sabemos os partidos tem uma forma de organização mais centralizada (e centralizadora), portanto, são organizações hierárquicas. Nesse sentido, os coletivos ligados a partidos apresentam dificuldades com relação à horizontalidade. A autonomia desses coletivos também é uma questão delicada; já que eles possuem ligações diretas com os partidos que lhes deram origem.

Atualmente, a expressão partido político, no seu uso cotidiano, se refere a agrupamentos organizados e institucionalizados que concorrem às eleições dentro do sistema estatal representativo. E, é nesse sentido que essa expressão está sendo utilizada aqui. Assim, é interessante ressaltar que todo partido é uma organização política, mas

nem toda organização política é um partido. No campo libertário buscam-se outras formas de organização política, como as federações e confederações ou os coletivos.

É possível um coletivo originado de uma organização política ter autonomia em relação a essa organização. Mas essa é uma construção bastante difícil. Para que isso aconteça, é importante que a organização política que originou esse coletivo não tenha um caráter centralizador e hierárquico. Assim, a organização política tem influência nos debates no interior desse coletivo, mas não tem o poder de determinar, “de cima para baixo”, as deliberações do coletivo.

Nesse sentido, esses coletivos podem funcionar como uma espécie de ponte entre as organizações políticas e os movimentos sociais (ou entre as organizações e a sociedade). Os coletivos podem atuar tanto como minorias ativas, quanto como vanguardas. Quando os coletivos têm suas ações determinadas por um ente externo (como a direção de um partido, por exemplo), eles vão funcionar como “correias de transmissão” das deliberações da direção partidária para dentro dos movimentos sociais.

Alguns coletivos ligados a organizações políticas são abertos à participação de pessoas que não são militantes daquela organização. Nesse sentido, esses coletivos também funcionam como um instrumento de divulgação das ideias defendidas pela organização e de captação de militantes, formando uma espécie de corpo de simpatizantes daquela organização.

Enfim, a atuação dos coletivos parece ter uma importância crescente na vida política e cultural da sociedade brasileira. Especialmente em relação à difusão de ideias e processos de mobilização.

O COLETIVO O MAL-EDUCADO NAS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS DE 2015/2016 EM SÃO PAULO

O coletivo O Mal-Educado é um grupo de estudantes que tem como objetivo principal preservar e difundir as memórias das lutas estudantis.

A proposta de ‘O Mal-Educado’ é não deixar essas histórias se perderem. Queremos registrar e divulgar algumas experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas. Acreditamos que essa troca pode inspirar mais estudantes, que poderão aprender com os erros e acertos dos outros e pensar em formas de agir para enfrentar seus problemas².

² Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/quem-somos/>.

Trata-se de um grupo pequeno de pessoas, com um número que pode variar bastante de acordo com a conjuntura das lutas. O número de integrantes era bem reduzido, quando as mobilizações começaram em outubro de 2015.

O Mal-Educado é fruto de um conjunto de experiências de lutas estudantis na cidade de São Paulo, no início do século XXI, especialmente a(s) experiência(s) da(s) Poligremia(s). Houve três experiências de Poligremia (anteriores a 2015): em 2001, 2007 e 2010 (Hotimsky *et all*, 2012). A(s) Poligremia(s) buscava(m) promover uma articulação entre grêmios e lutas estudantis.

A primeira experiência de Poligremia teve uma relação forte com o Movimento Por Uma Outra Globalização (chamado pela grande mídia de movimento antiglobalização) – com as manifestações contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), símbolos da globalização neoliberal. A segunda experiência teve uma ligação com a luta contra o aumento da passagem de ônibus. E a terceira experiência iniciou-se com a organização de um festival de cinema e, depois, se envolveu com a luta contra o aumento da passagem de ônibus puxada pelo Movimento Passe Livre (MPL). O relato dessas experiências pode ser encontrado no texto *A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista* (Hotimsky *et all*, 2012), publicado no site Passa Palavra.

Não havia uma relação de continuidade direta entre as diferentes experiências de Poligremia. Os estudantes, quando davam início a uma nova experiência, não conheciam as experiências anteriores. Mas pode ser observada uma continuidade indireta entre elas em relação aos objetivos de articular lutas estudantis e as características organizacionais preocupadas com a autonomia e a horizontalidade. As experiências de Poligremia parecem ter tido influência do pensamento libertário, desde os contatos com o Movimento Por Uma Outra Globalização.

O Mal-Educado surgiu, entre o final de 2012 e início de 2013, com o refluxo da Poligremia. Uma das suas ações foi participar do boicote à prova do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Esse boicote é realizado anualmente por diversas entidades, desde 2009 (principalmente a APEOSP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). O coletivo também esteve presente nas manifestações organizadas pelo MPL em 2013.

Outra ação que merece destaque foi a tradução da cartilha “*Como Ocupar um Colégio?*” e sua publicação no site Passa Palavra em novembro de 2013. A cartilha foi feita pela Frente de Estudantes Libertários na Argentina, em 2012, para difundir essa tática. Portanto, a cartilha estava disponível em português na internet, desde 2013. Aqui é interessante destacar que, em 2013, houve ocupações de espaços públicos (principalmente praças e avenidas) por todo o Brasil.

Em outubro de 2015, o governo do Estado de São Paulo anunciou que daria início a um processo de reorganização da Rede Pública de Educação com o objetivo de separar os ciclos de ensino da Educação Básica. Na prática, a reorganização significava o fechamento de 94 escolas e afetava a vida de cerca de 311 mil estudantes e 74 mil professores. A mobilização dos estudantes começou assim que saiu a notícia da reorganização. Foram realizadas atividades locais nas escolas afetadas e atos centralizados (maiores) com a participação de várias comunidades escolares (Campos *et all*, 2016).

O coletivo O Mal-Educado se inseriu na luta desde o início, organizando listas de contatos e grupos de Whatsapp com estudantes de diferentes escolas (Silva, 2018) e distribuindo a cartilha “*Como Ocupar um Colégio?*” (Campos *et all*, 2016; Senra, 2015). Quando os atos centralizados entraram em refluxo, O Mal-Educado usou essa rede de contatos para incentivar a ideia de ocupar as escolas.

Observando a atuação desse coletivo Polese (2016) aponta que:

Do mesmo modo como não se assumiu *formalmente* enquanto direção das lutas, o *O Mal Educado* não se preocupou em canalizar seus esforços no sentido de se tornar capaz de gerir todas as ocupações. Preocupado com a massificação das ocupações, ele buscava dar a linha estratégica da luta, como qualquer outra organização o faria, mas não almejava controlá-la e muito menos manejá-la para outros fins políticos (Polese, 2016, s/p).

A observação de Polese corrobora a análise de Campos, considerando que:

O volume de escolas ocupadas e a velocidade com que ocorreu mostra que a atuação da frente de militantes liderada pelo O Mal Educado não foi dirigir o processo, mas catalisá-lo, detonando uma virada tática ao apresentar uma nova forma de ação radicalizada, desconhecida ou impensável para os alunos até então (Campos, 2019, p. 84).

De acordo com a análise de Campos (2019), O Mal-Educado buscou catalisar o processo, mas não dirigi-lo. Uma análise muito próxima da que Bookchin (2010) fez da atuação dos grupos de afinidade e coletivos com caráter libertário. Um tipo de atuação bem diferente do proposto por Lenin (1978).

Com a disseminação das ocupações de escolas pelo estado de São Paulo, o coletivo O Mal-Educado trabalhou para a construção do “Comando das Escolas Ocupadas”, para articular a luta das escolas ocupadas. O “Comando” não se apresentou como porta-voz ou negociador em nome das escolas ocupadas. Também não se estabeleceu como um gestor (na *direção*) das ações dos estudantes. Mas teve grande influência sobre o conjunto das ocupações por meio da divulgação de material impresso e digital e de palavras de ordem que fortaleciam a identidade coletiva secundarista; sua preocupação principal era impedir que entidades estudantis e outros movimentos ou partidos pudessem falar em nome dos estudantes (Campos, 2019).

Essa é uma preocupação interessante: seria de se esperar que os estudantes em luta buscassem o apoio das entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) ou a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Mas eles tiveram a preocupação de não se deixarem representar por elas, nem por outros movimentos, partidos ou instituições. Isso parece refletir um aprendizado que vem se construindo desde a Revolta do Buzu. A Revolta do Buzu foi um conjunto de manifestações protagonizadas por estudantes na cidade de Salvador em 2003 contra o aumento da passagem de ônibus (MPL – São Paulo, 2013). Naquela ocasião uma entidade estudantil se apresentou como representante e negociou com a prefeitura um acordo que não era o que os estudantes\manifestantes de fato queriam. Essa experiência gerou o embrião do que veio a ser o Movimento Passe Livre (MPL – São Paulo, 2013).

Além da Revolta do Buzu, no início do século XXI, no Brasil houve uma série de lutas (principalmente locais) que foram cooptadas e\ou desmobilizadas, quando partidos ou entidades se apresentaram como representantes dos sujeitos em luta. Esse contexto gerou um conjunto de movimentos sociais que rejeitam a representação desmobilizadora. Os estudantes secundaristas de São Paulo parecem ter absorvido esses aprendizados, especialmente devido ao trabalho de mobilização e educação popular do próprio MPL e de coletivos como O Mal-Educado. O Movimento Por Uma Outra Globalização parece ter tido uma contribuição importante nesse processo de formação de uma cultura de participação política mais autônoma em relação ao Estado e aos partidos.

A partir dessa posição o “Comando das Escolas Ocupadas” pôde divulgar propostas de inovação do repertório de ações coletivas dos estudantes, como o boicote ao SARESP e o trancamentos de ruas e avenidas (Campos, 2019). Num momento em

que a atenção sobre as escolas ocupadas diminuiu, os estudantes deram início ao trancamento de ruas e avenidas. Pequenos grupos de estudantes com cadeiras e mesas das escolas ocupavam ruas ou avenidas próximas as suas escolas, bloqueando o trânsito. Um tipo de ação bastante eficaz para chamar atenção da sociedade para a luta estudantil. Foi numa reunião do “Comando das Escolas Ocupadas” que os estudantes decidiram realizar essa ação (Silva, 2018). O principal papel do “Comando” foi divulgar a cartilha “*Como Trancar uma Avenida?*” (Campos, 2019).

Assim o “Comando” parece ter tido um tipo de atuação próximo ao que vinha fazendo O Mal-Educado; agia mais como um articulador e um catalisador de novas ações do que como um gestor ou comandante\chefe das ações dos estudantes.

O Governo de São Paulo recuou na proposta da reorganização da Rede Pública Estadual, no início de dezembro. Foi uma vitória significativa do movimento estudantil. Isso foi possível em grande medida devido à capacidade dos estudantes de usar várias táticas diferentes (ações locais, manifestações, ocupações, boicote ao SARESP, trancamento de ruas) de forma articulada e em um curto espaço de tempo.

No início de 2016, a luta estudantil se voltou para a questão da merenda escolar. A Polícia Federal apresentou denúncias de corrupção na compra da merenda pelo Governo do Estado de São Paulo. Enquanto isso, faltava comida em muitas escolas da rede estadual, especialmente nas escolas técnicas, ou, então, a comida era de baixa qualidade (biscoito com refresco).

A situação gerou indignação; foram realizadas manifestações de rua que não surtiram efeito. Por isso, os estudantes optaram pela tática de ocupar escolas e prédios públicos; nesse momento, pode-se observar uma divisão entre os estudantes em luta: um grupo (do qual o Mal-Educado fazia parte) ocupou escolas técnicas para reivindicar a construção de refeitórios, enquanto o outro (ligado às entidades estudantis hegemônicas pelo Partido Comunista do Brasil) ocupou a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), com a pauta única da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias sobre a compra da merenda escolar (Campos, 2019).

O grupo que ocupou escolas técnicas buscava a resolução imediata do problema real dos estudantes com a construção dos refeitórios. Dessa maneira, a resolução do problema seria uma conquista dos estudantes frente ao Estado. Esse grupo também

organizou “Assembleias Gerais das Escolas Técnicas”, buscando a articulação entre os estudantes de diferentes escolas.

Já o grupo que ocupou a ALESP reivindicava somente a abertura da CPI da Merenda. Dessa forma, a sua ação tinha como único objetivo provocar uma ação por parte dos deputados estaduais. Ou seja, qualquer conquista que pudesse vir dessa ação seria mediada pela atuação dos parlamentares. Vale ressaltar que a realização da CPI da Merenda não resolvia o problema da falta de comida nas escolas. Mas causava um desgaste para a imagem do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governava o estado de São Paulo. É possível afirmar que, apesar da ocupação da ALESP estar diretamente relacionada com a luta dos estudantes, também atendia a interesses externos à luta. Nesse caso, interesses político partidários\eleitorais.

Observa-se uma diferença fundamental entre os dois grupos do ponto de vista da estratégia. Ambos acionaram a ação direta num primeiro momento, mas com forma e objetivos bem distintos. Enquanto um grupo tinha como foco estratégico a ação direta, o outro tinha como foco estratégico a ação parlamentar\indireta.

Além disso, o grupo que ocupou as escolas técnicas buscou criar espaços de articulação dos estudantes as “Assembleias Gerais das Escolas Técnicas” que tinham a possibilidade de durar para além daquela luta imediata.

O coletivo O Mal-Educado priorizou a ação direta ao longo das mobilizações em 2015 e 2016. Todas as formas de ação coletiva divulgadas pelo O Mal-Educado tinham foco na ação direta. Atuou para ajudar a organizar e articular os estudantes em luta, sem, no entanto, se colocar acima ou a frente deles.

Considera-se, portanto, que a atuação do coletivo O Mal-Educado se aproximou mais da práxis de uma minoria ativa do que de uma vanguarda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de 2016, a atenção da maior parte das forças políticas organizadas no país se voltou para a disputa em torno do Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e para as eleições municipais. A luta dos estudantes de São Paulo entrou em refluxo. A maior parte dos espaços de articulação criados pelos estudantes não teve continuidade. O governo estadual deu continuidade ao processo de reorganização escolar de forma sorrateira, passando a fechar turmas e turnos gradualmente. Atualmente a geração de estudantes que protagonizou as ocupações já saiu da escola.

Depois das ocupações, foram fundados grêmios na maioria das escolas que foram ocupadas e, também, em muitas escolas que não viveram uma ocupação. Assim, num primeiro momento houve um saldo grande do ponto de vista da organização dos estudantes. Mas quando essa geração de estudantes saiu das escolas a maior parte dos grêmios que foram fundados por eles também acabou deixando de existir.

A luta dos estudantes de São Paulo inspirou estudantes de todo o país que protagonizaram ondas de ocupações de escolas e instituições de ensino com mais de 1000 ocupações em 2016.

Os estudantes reivindicaram uma educação pública de qualidade e melhores condições nas escolas. Mas sua luta principal foi para serem inseridos nos processos de tomada de decisão sobre suas escolas. Nesse sentido, eles lutaram por uma escola pública mais democrática e autônoma.

Vale ressaltar a capacidade dos estudantes de São Paulo de utilizar vários tipos diferentes de ação coletiva (ações locais, manifestações de rua, ocupações de escolas e prédios públicos, boicote ao SARESP, trancamento de ruas e avenidas) de forma articulada e complementar, evitando que a luta estudantil caísse no isolamento. Dessa observação surge um questionamento: se houvesse uma entidade burocrática e hierarquizada (como a UNE ou a UBES) *dirigindo* a luta estudantil, ocorreria essa capacidade de inovação do repertório de ações coletivas?

Um achado inesperado dessa pesquisa foi perceber que Paulo Freire, ao construir sua proposta de Educação Popular transformadora e autônoma, desenvolveu ótimos argumentos contrários à estratégia da vanguarda.

Dois limites dessa pesquisa, que foram apontados, mas não desenvolvidos: (1) a hipótese de que a proliferação de coletivos no Brasil, no início do século XXI, tem uma relação com a instituição da política de cotas nas universidades públicas, o Prouni e o Fies; e (2) a de que existem conexões entre as manifestações de junho de 2013 (e o Movimento Por Uma Outra Globalização) e as escolas ocupadas? E, quais seriam essas conexões? São questões que merecem investigações futuras.

Concluiu-se aqui que o coletivo O Mal-Educado atuou como catalisador, organizador, mobilizador, mas não procurou dirigir a luta dos estudantes. Além disso, priorizou a ação direta e disseminou formas de organização baseadas na autonomia e na horizontalidade. Portanto, a atuação d'O Mal-Educado se aproximou mais da estratégia da minoria ativa do que da vanguarda.

As mobilizações estudantis em 2015 e 2016 (que começaram em São Paulo e se espalharam pelo Brasil), simbolizadas pelas escolas ocupadas, parecem ter deixado como legado a disseminação de uma cultura de participação política que valoriza a ação direta, a autonomia e a horizontalidade.

REFERÊNCIAS

Azevedo, Rafael. 2018. “*A Escola é Nossa*”: uma abordagem territorial da experiência das escolas ocupadas. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói: 174f. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/POSGEO.2018.m.12841060713>.

Boockchin, Murray. 2010. Grupos de afinidade. In: *Ecologia social e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, pp.75-77.

Campos, A.; Medeiros, J. e Ribeiro, M. 2016. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta.

Campos, Antonia. 2019. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas em São Paulo. In: *Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34, pp.79-102.

Corrêa, Felipe. 2015. *Bandeira negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas.

FARJ. 2009. *Anarquismo social e organização*. São Paulo: Faisca Publicações Libertárias.

_____. *Nossa concepção de organização anarquista*. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/nossa-concepcao-org-anarquista-farj/>. Último acesso em: 01\06\2021.

Fernandes, Florestan. 1978. Apresentação. In: *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Editora Hucitec, pp.VII-XV.

Freeman, Jo. 1970. *A tirania da falta de estrutura*. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>. Último acesso em: 01\06\2021.

Freire, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Recurso digital. Livro eletrônico. E-book Kindle.

_____. 2017. *A importância do ato de ler* [livro eletrônico]: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez. E-book Kindle.

_____. 2020. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro\São Paulo: Paz e Terra.

Gohn, Maria da Glória. 2019. *Participação e Democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Hotimsky, Marcelo; Martins, Caio; Cordeiro, Leonardo e Mandetta, Luiza. 2012. *A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista - 21/06/2012*. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/06/60822/>. Último Acesso em: 25\06\2021.

Lenin, V. I. 1978. *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Editora Hucitec.

MPL – São Paulo. 2023. *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp.13-18.

O Mal-Educado. *Como Ocupar um Colégio?*. Disponível em: <https://passapalavra.info/2013/11/88913/>. Último Acesso em: 25\06\2021.

Polese, Pablo. *A esquerda mal educada*. Disponível em: <https://passapalavra.info/2016/07/108872/>. Último Acesso em: 25\06\2021.

Samis, Alexandre e Alves, Robson. 2015. Organização política anarquista: críticas, autocríticas e aprendizados. In: *Revista da Biblioteca Terra Livre - ano II, nº 3*. Disponível em: <https://revistabtl.noblogs.org/files/2015/09/revista.pdf>. Último acesso em: 17\08\2021.

Senra, R. 2015. *Cartilha argentina guia estudantes que ocupam escolas paulistas*. Site G1, publicado 24/11/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/cartilha-argentina-guia-estudantes-que-ocupam-escolas-paulistas.html> Último Acesso em: 25\06\2021.

Silva, Pedro Dumont de Carvalho. 2018. *As ocupações secundaristas em São Paulo, 2015: influências, estratégias e táticas*. Monografia para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Souza, Marcelo Lopes de. 2017. *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.